

ATA DA 002ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 02 DE MARÇO DE 2016
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 17h08, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - João Amin - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

PRESIDÊNCIA - Deputados: Gelson Merisio

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão extraordinária e dá início à Ordem do Dia, relatada na íntegra.

Ordem do Dia

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

DEPUTADO KENNEY NUNES - Sr. presidente, não poderia deixar de falar diante de tudo que ouvi, desde a fala dos deputados Fernando Coruja, Dirceu Dresch e da deputada Luciane Carminatti. Primeiramente, entendo que o deputado Fernando Coruja é um grande constitucionalista, mas a lei

sempre tem as grandes vertentes do sim e do não, do acho ou não acho, ou seja, a lei é interpretativa, deputado Romildo Titon, por isso, há várias vertentes.

Mas entendo que a Casa, se nós, deputados, temos que aprovar para autorizar o governo estadual a efetuar convênios, como foi o caso do Banco Jica, para tomar empréstimo através da Casan, para saneamento básico no estado, inclusive este deputado e o deputado Leonel Pavan, quando foi governador, fomos ao Japão, ao Banco Jica, para efetuar o empréstimo, e esta Casa teve que antes aprovar, entendo que é justo termos, sim, a possibilidade de autorizar o governo a renegociar a dívida. Esse é um ponto.

Em segundo lugar, o deputado Dirceu Dresch falou que o Fundam ou o Badesc está cobrando juros maiores do que os do governo federal. Primeiramente, há no Badesc o *spread* do BRDE que precisa ser obedecido. E o Badesc não cobra juros sobre juros, coisa que o governo federal está fazendo.

Quero dizer que fiquei contente ao ver aqui o deputado Serafim Venzon e a deputada Luciane Carminatti fazendo lançamento de candidaturas. Fiquei sabendo que o governador Raimundo Colombo será candidato à vice-presidente da República; deputado Gelson Merisio, governador, eu fiquei contente. Contentes sabem por quê? Porque a nova política exige saídas.

Deputado Gelson Merisio, se v.exa. achou essa saída e se o Raimundo Colombo teve essa saída e isso os coloca numa posição de destaque, parabéns! É disso que precisamos.

Não cabe mais no nosso modelo o tipo de gente que vive somente reclamando e que não apresenta soluções. Como disse o deputado Gelson Merisio, se fosse para olhar para o próprio umbigo, o governador Raimundo tinha aceitado a proposta do governo federal, que era aumentar o prazo de negociação da dívida para 30 anos, diminuir a parcela pela metade e resolver momentaneamente o problema do governo. Parabéns ao governador Raimundo Colombo! Parabéns ao nosso procurador-

geral e ao secretário da Fazenda, Antônio Gavazzoni, que não olharam somente para os seus umbigos e chegaram à conclusão de que o estado não pode mais continuar pagando essa dívida.

Somente para lembrar aqui, talvez quem nos acompanha não está entendendo muito o negócio da taxa selic, *spread* e tal. Vou contar uma experiência própria.

Assim que eu casei, comprei um apartamento. Um apartamento pequeno. E fiz um empréstimo pelo Bescrì, que era a parte de financiamentos de casa do Besc.

Deputado Romildo Titon, quando eu assinei o contrato, minha esposa e eu, ficamos numa felicidade enorme, que tínhamos comprado um apartamento na rua Garatuba n. 49, apartamento 301, bairro Saguacu, de Joinville, pensa numa felicidade! Eu morava de aluguel e agora tinha minha casa própria, apartamento bonitinho, pequenininho, somente para dois, não tínhamos filhos. Daí fiz o financiamento em 25 anos. Eu pensei: a prestação vai diminuindo. Para resumir a ópera: Seis anos depois eu já havia pagado ao Bescrì o valor de um apartamento e meio. E o meu saldo devedor era de quatro apartamentos. Que tipo de financiamento é esse que eu compro um imóvel para pagar em 25 anos, já tinha pagado em seis anos um apartamento e meio e devia quatro? O que eu fiz? Eu acabei abandonando. Pegava o dinheirinho da prestação do apartamento e em vez de pagar o Bescrì, na época, comprava dólar e colocava na gavetinha da cueca. Fiz durante um ano isso. Ao final eu tinha 23 mil dólares, na época, que eu guardei. Peguei esse dinheiro, em dólar, troquei e dei de entrada numa casa. Abandonei o apartamento, a Justiça tomou, leiloou e não estou nem aí. Eu fiz isso. Onde eu errei, deputado Cesar Valduga? Eu errei por não ter entrado na Justiça para brigar, porque eu já havia pagado um apartamento e meio e estava devendo quatro. Mas naquela época eu não tinha a experiência de hoje, os cabelos brancos ainda não tinham chegado e acabei abandonando o apartamento.

O que o governo faz agora? [*Taquígrafa: Rubia*]

O governo foi mais inteligente do que eu. O que é que ele fez? Se pegou R\$ 4 bilhões, pagou R\$ 13 bilhões e está devendo R\$ 9 bilhões, então, vou pegar o valor da prestaçãozinha, no valor de R\$ 86 milhões, e colocar, não na gavetinha das cuecas como eu coloquei, mas numa conta até que a discussão termine. E ao final de tudo, estará lá o dinheiro pago. Não é calote! O dinheiro está pago. Toda ação, uma reação. O que fez a presidente Dilma? Chamou lá o governador para negociar. Por que ela fez isso? Porque ela sabe que pela lei que foi aprovada, sancionada e publicada, vai ter uma hora em que o Supremo terá que decidir pela lei e, se fizer isso, estará certa a proposta de Santa Catarina. E isso vai repercutir em todos os estados e vai dar o prejuízo que eles falam em R\$ 300 bilhões. Essa é a conta.

Sr. presidente, apenas para encerrar, os R\$ 300 bilhões que o governo federal diz que vai perder, ele não vai perder, ele já tomou. Todo imposto que nós pagamos no município 68% fica lá em cima e depois ele devolve emprestando e cobrando juros sobre juros. Eu fiz essa referência até para as pessoas que estão nos acompanhando entenderem qual é o processo. Tenho certeza de que há muitas pessoas me acompanhando e que estão concordando comigo. Muitos financiaram, pagaram e estão devendo um monte porque são cálculos daquela época. E alguns podem perguntar: por que vocês assinaram? Pensa num camarada que pagava aluguel e agora com esse valor paga a casa própria. Você acha que vai entender sobre selic e isso tudo? Não vai. Ele quer assinar, ele quer morar. Assim, foi lá em 98 quando o estado pegou os R\$ 4 bilhões.

Mas está certo, parabéns ao governo do estado e parabéns porque quero agradecer aqui os deputados que fizeram o lançamento do nome do Raimundo Colombo para vice-presidente e de v.exa. a governador. Tem o meu apoio e muito obrigado!

Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de parabenizar v.exa., presidente Gelson Merisio, e a todos os deputados que tiveram a sabedoria de cuidar do dinheiro do estado de Santa Catarina, principalmente no momento importante ao darmos o aval ao governador Raimundo Colombo e o vice-Eduardo Pinho Moreira, para que possam lá em Brasília, nesses dias, fazer com que a nossa dívida seja bem negociada.

Temos certeza de que Raimundo Colombo vai cuidar bem do nosso dinheiro. Era isso, sr. presidente.

Deputado Leonel Pavan - Pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - muito obrigado, deputado Antônio Aguiar.

Com a palavra, pela ordem, o deputado Leonel Pavan.

DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, não haveria necessidade de fazer comentários técnicos porque v.exa. fez uma excelente explanação e muito convincente no dia de hoje, como também ontem o secretário da Fazenda, Gavazzoni, e o próprio governador.

Eu gostaria de entrar na questão política um pouco. Este acordo, este presente que foi comemorado pelos governadores do Brasil, foi antes lá atrás, nas eleições. Fez um gesto, estendeu o pires para o governo de Santa Catarina, para todos os governadores do Brasil, sendo que alguns ficaram satisfeitos, mas desconfiados.

Fizeram uma lei de interesse de alguns, lá no Senado, não quero citar o nome, de interesse de alguma região do Brasil, porém não dimensionaram o volume de tudo o que a nação deixaria de receber. Fizeram um gesto, um carinho, pensando em ganhar as eleições e tal, depois acertariam.

O governo, agora, está achando que vai poder, através de um carinhozinho aqui outro ali, convencer os estados a cederem. Não! O governador Raimundo Colombo por maior gratidão que ele tenha tido pela presidente Dilma, e grande reconhecimento por tudo o que ela fez já por ele, não irá ceder facilmente porque ele está lutando

por Santa Catarina. Não é mais o carinho para o governador, ele está olhando o nosso estado, para o futuro de Santa Catarina, dos próximos e dos próximos governantes. [Taquígrafa: Sílvia]

O governador poderia jogar a toalha e dizer: Obrigado, presidente! Faça-me mais um gesto, arruma-me um dinheiro aqui, um dinheiro acolá e pronto. E pronto! Os próximos governantes que se virem! Ele está com visão no futuro, olhando o estado. Eu vi aqui a votação há pouco, todos votaram a favor e com duas abstenções. É porque todos entendem que este projeto é fundamental para Santa Catarina. Todos reconhecem, apesar da discussão.

Mas definiria da seguinte forma: é a mesma coisa irmos para a casa, quebrar o ovo, fritar o ovo, e agora querer "desfritar" o ovo! Como é que vão "desfritar"! Fizeram uma lei, está sancionada e querem tomar outro caminho. O caminho é um só. Poderá mudar se houver a complacência, o entendimento entre os governadores do Brasil com o presidente, e mais uma, beneficiaram os estados, o que não é nada de especial, porque os estados brasileiros são filiais, são extensões do governo brasileiro.

Os recursos que deixaremos de pagar serão investidos em educação, saúde e infraestrutura. Esses recursos irão circular em mercadorias, no comércio e novamente irão produzir impostos para os municípios, estados e para o Brasil. O governo federal é apenas um órgão que administra a nossa nação, e os estados fazem parte deste conjunto de opções de administração do nosso país.

Por isso, não poderia deixar de dar a minha opinião para dizer por que estamos votando favorável, mas frisando que depois de fritar o ovo é impossível voltar, só se houver complacência do governo.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Deputado Leonel Pavan, a partir da aprovação da lei de hoje, complacência do governo e autorização legislativa, porque o governo passa a ter parâmetros para entendimentos futuros. Esta é, na

prática, o que passa a vigorar a partir de hoje com a lei aprovada.

Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Deputado Gelson Merisio, srs. deputados, queria inicialmente cumprimentar v.exa. pelo encaminhamento desse projeto, bem como todos os deputados, pois estivemos ontem com v.exa. e o governo de Santa Catarina justamente para manifestar ao governador o apoio da Assembleia para esse encaminhamento.

Na verdade, o governo de Santa Catarina busca um direito dele que está expresso na Lei n. 148 e que depois que a Presidência permitiu a votação e a aprovação dessa lei, que concede um direito óbvio, como disseram vários deputados aqui, de uma dívida que já pagamos três vezes o valor dela e ainda estamos devendo outras três vezes, e que o governo insiste em cobrar de Santa Catarina.

E v.exa. deu uma explicação ontem que certamente ajudou a população a entender o assunto. O estado de Santa Catarina não está sendo caloteiro, pelo contrário, estamos querendo fazer valer o nosso direito. Há que se destacar que de todo o tributo que o cidadão paga, 10% ou 12% é pago no município, em forma de IPTU ou de ISS, e em torno de 23% ou 24% se paga no estado em forma principalmente de ICMS, e mais de 62%, 63%, o restante, completando os 100%, é pago para o governo federal. Só que o governo federal detém não 65% da tributação, certamente 70%, 72% ou 73%, de que forma? Cobrando os impostos - IR, IPI e diversos impostos federais. O outro imposto, que é uma barbaridade de sacana, é justamente cobrado quando é feito um empréstimo de dinheiro.

Então, daqui para frente esses R\$ 9 bilhões que ainda vamos pagar para a união, quem vai decidir o que fazer com os R\$ 9 bilhões? O governo federal. E se nós não pagarmos, quem é que vai decidir? O governo de Santa Catarina. Nós é que vamos decidir. *[Taquígrafa: Elzamar]*

Então, a interpretação que v.exa. deu, numa intervenção, e que deixou o assunto mais claro, foi justamente nesse sentido. A questão é decidir quem é que vai determinar sobre um volume de recursos que o estado vai ter, se ele mesmo vai redistribuir em forma de saúde, de educação, de segurança, esse serviços que são obrigação do estado, ou se vai dar lá para a união e depois correr para Brasília para pedir mais um pouco e, quem sabe, pegar mais um pouco de juros.

Então, os meus parabéns a v.exa. que vez esta lei autorizativa, que o governo do estado encabeçou. Certamente esta é uma decisão, uma postura, que vai destacar, mais uma vez, o governo de Santa Catarina como um todo, e nós também estamos neste barco, evidentemente, se formos bem sucedidos. E o governo federal, no mínimo, vai ter que reconhecer que outrora, antes da eleição, fez uma lei, mas que caso não saísse vitorioso da eleição, se a dona Dilma perdesse, ela ia voltar atrás e dizer que foi boazinha, que através desta lei perdoou a dívida dos estados. Só que se arrependeu do benefício que deu e agora fez a conta do que deu e deu demais! Deve ter pensado: Meus Deus, perdemos 300 milhões! O que vamos fazer? Agora estão correndo atrás.

Parabéns governador Raimundo Colombo, estamos buscando aquilo que é do nosso direito, e a Assembleia Legislativa está, sim, dando apoio a esta decisão.

DEPUTAD GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, o sr. deputado Cesar Valduga. V.Exa. que entende muito de juros compostos, selic aplicada, uma vez que é bancário. Então, nos explique como é que pode?

DEPUTADO CESAR VALDUGA - Eu já tinha me manifestado na tribuna sobre renegociação da dívida, e, enfim, vejo realmente que esse acúmulo da selic capitalizada com a selic acumulada no decorrer de todos esses anos gerou juro sobre juro.

Isso mostra a incoerência que está havendo aos cofres públicos do estado de Santa Catarina. E esse gesto do governo do estado, de ontem, de nos

chamar para apresentar, enfim, nos trazendo o sentimento dele, a preocupação com relação a esta dívida, e posso dizer que é uma dívida impagável, de uma coisa que o estado de Santa Catarina, o povo catarinense, deputado Natalino Lázare, já pagou.

Gostaria de dizer que este projeto de lei autorizativo, permite, sem dúvida nenhuma, ao governo do estado negociar, refinanciar, enfim, buscar um entendimento em cima de um valor e de taxas que já foram pagas, deputado Natalino Lázare.

Então, parabenizo v.exa. pela iniciativa, juntamente com os demais deputados aqui, que todos votaram por unanimidade, da importância, e aí mostra, sem dúvida nenhuma, que o governo precisa buscar mais ações no estado de Santa Catarina, até cortar na carne, se for preciso, muitas vezes.

Vejo que o governo começa a fazer este movimento, eu sempre falo que tem como enxugar muita coisa, ainda tem bastante gastança no nosso estado, e temos que, diante da situação atual do nosso estado, e também da nossa economia brasileira, buscar encaminhamentos para que possamos conter os recursos públicos para, aí sim, ser investido mais na saúde, ser investido mais na educação, na melhoria das nossas estradas, e do nosso estado de Santa Catarina.

Então, quero lhe cumprimentar e parabenizar pela iniciativa de trazer este projeto de lei também às comissões, que aprovaram rapidamente esta autorização do refinanciamento dessa dívida para que o governo se sinta mais à vontade, e também dentro da legalidade, da constitucionalidade, poder fazer os movimentos que são necessários para sanar esta dívida do estado de Santa Catarina.

Deputado Natalino Lázare - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, o sr. deputado Natalino Lázare.

DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Sr. presidente, em nome da bancada do PR, também gostaria de fazer o registro e parabenizar esta Casa pela decisão

histórica que tomou com relação a este episódio. E a posição de v.exa., sr. presidente, uma posição firme, corajosa e visionária, transmite a todos nós deputados uma segurança muito grande e forte, sobretudo nos enche de orgulho porque é a voz do Parlamento Catarinense a favor de uma causa justa, liderada pelo nosso eminente governador Raimundo Colombo.

Por isso, sr. presidente, parabéns!

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Muito obrigado, deputado Natalino Lázare. Muito obrigado a todos pelas considerações!

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0018/2016.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0036/2016.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0494/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Encerra a sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental.